

SESSÕES DO PLENÁRIO

55ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de novembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO BIRA CORÔA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, proposta em nome da Comissão Especial da Promoção da Igualdade desta Casa.

Para compor a nossa Mesa, convido o Sr. Albino Rubim (palmas), secretário de Cultura que, nesse ato, representa o governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner; o Dr. Ataíde Lima de Oliveira (palmas), chefe do gabinete da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do nosso Estado; o Sr. Ailton Ferreira (palmas), superintendente de Direitos Humanos, representando a Srª Aricelma Pereira, secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia; a Drª Cléia dos Santos (palmas), procuradora do Estado; a Drª Patrícia Lima (palmas), presidente da Comissão Especial de Promoção da Igualdade Racial da OAB-BA; a Profª Mariluce Macedo (palmas), pró-reitora de Ações Afirmativas, representando o diretor da Uneb, o Sr. Prof. José Bites de Carvalho e mais esta jovem e maravilhosa atriz Tânia Toco (palmas.)

Eu, na condição de coroa, tenho de tratar todo mundo de jovem para ficar mais próximo. (Risos.)

Convido, ainda, para compor a Mesa, a Srª Iracema Neves (palmas), presidente do Afoxé Kambalagwanze; a Srª Lourdes Santana (palmas), presidente do Conselho Municipal das Comunidades Negras e Indígenas; agora, alguém que tem muito a comemorar, no dia de hoje e este ano, por ter conseguido firmar, dentre as batalhas nesta terra, uma afirmação importante para a identidade da Bahia e do Brasil, o mestre de capoeira, cantor e compositor Tonho Matéria (palmas), que representa a arte da capoeira em nosso Estado, pois tem muito a falar para nós aqui hoje; o Sr. Nadinho do Congo (palmas), diretor do Afoxé Filhos do Congo.

Antes de abrir oficialmente a sessão, que já foi aberta...De acordo com o rito, o proponente da sessão é sempre o primeiro a falar, mas quero inverter a sequência e convidar o Afoxé Filhos do Condo e o Afoxé Kambalanguanze (ala de dança) para fazer uma apresentação cultural, e marcar, de fato, a importância do Ouro Negro não

apenas no carnaval de Salvador, mas em todas as manifestações sociais e culturais do nosso Estado.

(Apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Diante dessa belíssima apresentação, peço licença a toda a Mesa para fazer um pronunciamento muito breve. Antes assistiremos a apresentação da Banda Kambalanguanza.

(Apresentação musical.)

O Sr. Presidente (Bira Corôa):- Agradecemos a belíssima apresentação dos Filhos do Congo e do Afoxé Kambalagwanze. Essa expressividade por si só já justifica esta sessão especial de hoje. É a nossa presença no que é mais significativo para a resistência do nosso povo nas ruas. É fazendo das manifestações culturais os nossos atos de afirmação, de negritude, de resistência, acima de tudo, de exigência, por uma sociedade cada vez mais justa. Obrigado a todos e a todas.

Quero aproveitar para convidar o deputado Álvaro Gomes para assumir a minha posição, enquanto faço um pronunciamento. Também quero pedir autorização para quebrar o protocolo, já pedi autorização ao secretário, para convidar para compor a Mesa Arany Santana. (Palmas.)

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, proponente desta sessão.

O Sr. BIRA CORÔA:- Boa-tarde a todas e a todos!

Saúdo a Mesa, em nome do presidente neste momento, deputado Álvaro Gomes, deputado que sempre contribui com ações afirmativas nesta Casa, além de ser uma das grandes expressões do Estado da Bahia; saudando também a todos os pares desta Casa, que nos permitiram realizar esta sessão no dia de hoje. Quero saudar o Sr. Secretário da Cultura, Albino Rubim, aqui neste ato representando o governador Jaques Wagner. É uma satisfação estar nesta audiência, na qual o tema é a afirmação do Carnaval Negro. A partir do momento em que esta Casa aprovou e o governador sancionou, deixou de ser um programa de Carnaval e passou a ser um programa de Estado. Podendo, inclusive, chegar a todas as manifestações populares e culturais do Estado da Bahia, no qual a Secretaria da Cultura tem sido um instrumento importante para perpetuar esse trabalho e, sem dúvida, essa ação.

Aproveito também para saudar o chefe de gabinete da Secretaria de Promoção da Igualdade, Ataíde Lima, também dizer da importância da Secretaria como uma das conquistas afrodescendentes na Bahia. E, sem dúvida, um referencial para o Brasil, que é também o Estatuto da Igualdade Racial e de combate à intolerância religiosa aprovada nesta Casa, sancionada pelo governador, o qual compõe a matéria que estamos debatendo que é o programa Ouro Negro. E a importância da Secretaria é fundamental para a realização dessa grande conquista para o povo baiano e, sem dúvida nenhuma, para a nossa identidade.

Sra. Procuradora do Estado, Cléa dos Santos, e dizer da grande satisfação, eu digo sempre que as coisas acontecem no seu tempo e no seu lugar. Era necessário estar lá exatamente na Procuradoria uma militante da nossa causa como a senhora para tão bem compreender e exercitar as ações jurídicas necessárias para a realização e, acima de tudo, para a efetivação dessa lei e que sem dúvida para a sanção e para a sua regulamentação. Aproveitamos para agradecer por todo o trabalho que a senhora tem desempenhado nesse processo.

Aproveito para saudar também a Sra. Diretora do Centro de Culturas Populares e Identitárias, e dizer que quebramos protocolos porque como negros aprendemos a fazer os rituais, mas também reconhecer as nossas contribuições e participações. E você, sem dúvida nenhuma, não ofusca a presença do secretário, muito pelo contrário, você complementa o que é hoje a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, que deixou de ser uma Secretaria para atender aos interesses de poucos e incluir nesses atendidos pela Secretaria o todo que ficou excluído ao longo de anos e anos. E você representa muito bem essa nossa inclusão na Secretaria e nos programas de Estado. Tânia Toco já a chamava de jovem, mas dizer da satisfação de também poder saudar e compor a mesa com uma expressão nacional hoje, mas que surge a partir das manifestações e movimentações também do Ouro Negro.

A sua origem sem dúvida é na nossa própria realidade, Tânia, assim como é também aproveitando aqui, Tonho Matéria, que a gente conhece de perto e que hoje na sua fala vai destacar uma das grandes conquistas da Bahia e do Brasil, e da nossa representação como identidade e afirmação que é a nossa capoeira. Saudar também Iracema Neves aqui representando o Afoxé Kambalanganze, e, sem dúvida, representando todas as entidades carnavalescas e culturais do nosso Estado.

Saudar também a representante do Conselho Municipal das Comunidades Negras e Indígenas, Sra. Lourdes Santana, dizer da satisfação de ter em nosso município o trabalho intenso que você vem desenvolvendo, sem dúvida nenhuma, junto à sua representatividade.

Nadinho do Congo, ficando na citação última da Mesa, não pelo tamanho da importância mas sim pela representatividade. Nadinho, posso destacar, entre todos que aqui estiveram nesta Casa ao longo desses 8 anos, reafirma a importância do Ouro Negro em deixar de ser um programa de governo e passar a ser um projeto de Estado ou um programa de Estado. Nadinho esteve praticamente quase todos esses anos debatendo e discutindo. E, sem dúvida nenhuma, nos condicionando a abrir todos os anos, o debate do Carnaval Ouro Negro como pauta da comissão, o seu papel e a sua importância.

Nadinho, o meu agradecimento pela perseverança, resistência e luta. E em seu nome quero saudar a todos e todas. Saúdo também a representação acadêmica da Uneb, que tem dado uma contribuição importante como universidade pública do nosso Estado e tem sido uma referência em nossas lutas como pioneira das cotas, com um núcleo que discute a nossa presença na nossa sociedade. Não a

presença negra na sociedade baiana, porque a sociedade baiana não seria sociedade sem a negritude e sem a contribuição que os nossos ancestrais deram, mas sim a necessidade da nossa presença de afirmação. Saudações também!

Não podemos perder o que conquistamos. Esta frase não é minha, claro. É conhecida, é de um negro como todos nós que nos chama a reafirmar as nossas lutas e garantir as nossas conquistas.

Esse foi o tema da audiência pública que realizamos no dia 1º de outubro de 2013, com o objetivo de buscar mecanismos para que o Carnaval Ouro Negro deixe de ser um programa de governo e passe a ser uma política de Estado.

Outro objetivo daquela nossa audiência foi também ampliar o programa para micaretas e outras manifestações populares nos diversos municípios da nossa Bahia, mesmo reconhecendo que no ano de 2013 o Carnaval Ouro Negro já conseguia sair de Salvador e chegar à micareta de Feira de Santana.

Ainda um outro objetivo da audiência que podemos colocar com muita clareza é que o Ouro Negro, como um dos programas mais significativos criado pelo governo estadual, não poderia ficar com a vulnerabilidade de ser apenas um programa de governo.

Reconhecíamos que a qualquer momento, com a mudança de governo, este programa – uma ação tão importante e significativa – poderia deixar de existir, mesmo porque ele nasce da necessidade de reafirmar a nossa presença cultural no Carnaval de Salvador. Surge exatamente no momento em que o Carnaval soteropolitano atinge talvez um dos maiores picos da elitização do Carnaval baiano, exatamente na condução do Carnaval tradicional para um Carnaval de passarela cercado por camarotes e arquibancadas para que o cenário constituído fosse apenas de passagem ou desfile de blocos, cujo modelo vivenciamos nos sambódromos do Rio e de São Paulo, sem dúvida alguma dificultando a nossa presença, a presença das nossas manifestações culturais e populares, dos nossos afoxés, dos blocos de samba, dos blocos de índios, entre outros, no nosso Carnaval.

Este ano a Assembleia Legislativa da Bahia aprovou e o governador do Estado da Bahia sancionou e regulamentou o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa no nosso Estado.

Não posso negar que esta é uma das matérias mais importantes para continuarmos na luta por uma sociedade mais justa e mais igualitária. Temos convicção que o Estatuto por si só não resolverá todas as questões de combate ao racismo, todas as questões de combate à intolerância religiosa, ou muito menos acabará com todas as discriminações ainda enraizadas na nossa sociedade. Mas passa a ser um instrumento importante para enfrentarmos essas mazelas que depõem contra a sociedade em que acreditamos, uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Por isso, o Estatuto da Igualdade Racial, ao ser aprovado nesta Casa e sancionado pelo governador Jaques Wagner, ainda necessita de regulamentação na

sua totalidade e de sua aplicabilidade no contexto da sociedade.

Essa audiência tem também o objetivo de chamar a atenção da sociedade, dos governos e, sem dúvida alguma, das representações, porque precisamos sancionar este Estatuto na sua totalidade, garantindo o que já conquistamos e avançando no que é possível avançar.

Esta sessão especial tem também esse mérito e esse objetivo. Poderia chamar atenção para o papel e a importância deste momento em que celebrarmos a aprovação do Estatuto e a sua regulamentação.

Aproveito para agradecer ao governador Jaques Wagner, através do secretário de Cultura aqui presente, e ao chefe de gabinete do secretário de Promoção da Igualdade, Secretarias que tiveram papéis importantes para que a matéria fosse aprovada nesta Casa. Peço licença igualmente para agradecer à sociedade civil organizada e aos grupos e entidades que se empenharam para essa realização. Não poderia deixar de destacar e celebrar nesta sessão a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, que não seria possível se não tivéssemos entidades comprometidas, organizadas e dispostas a fazer o enfrentamento que foi feito ao longo de décadas. Uma conquista importante!

Nas minhas saudações, esqueci de citar Ailton Ferreira, que tem um papel importante e ativo nesta luta e está presente aqui.

O Estatuto, em seu Art. 37, determina que seja (Lê) “o Programa Ouro Negro desenvolvido por meio de ações de apoio e fortalecimento institucional de blocos e agremiações de matriz africana e indígena, afoxés, blocos de samba, blocos de ‘reggae’, blocos de ‘samba reggae’, da cultura ‘Hip-Hop’ e entidades culturais congêneres, cujas ações serão realizadas durante todo o ano, nos termos do regulamento.”

Qual é a importância de acontecer todo ano? É porque não atingiremos a perpetuação da nossa identidade e da nossa cultura com atividade-meio. Atingimos com atividade-fim. A sobrevivência da nossa cultura iniciou-se há séculos, em função da continuidade da sua prática e da transferência dos seus conhecimentos. Sem dúvida nenhuma, é o objetivo central desse projeto.

(Lê) “As festas populares têm sido historicamente na Bahia, especialmente o Carnaval, um espaço importante para entendermos as relações sócio-raciais baianas.”

É exatamente o grande palco. Quando falamos do Carnaval, falamos de um espaço onde as manifestações populares, há séculos, apresentam-se. As nossas mensagens sociais e culturais – mas, acima de tudo, políticas – também são passadas e permitiram a nossa resistência e existência, sem dúvida alguma.

(Lê) “Desde os tempos da colonização, o Carnaval brasileiro era denominado de entrudo que significa jogos festivos ou brincadeiras com água, farinha, óleos, lama e máscaras. Era nossa identidade.”

Ainda hoje, temos essas tradições em alguns municípios do Estado, a exemplo de Maragogipe, onde há a tradição de se utilizar a lama. Na segunda-feira de Carnaval, as pessoas saem às ruas para enlamear outras pessoas. Em Praia do Forte, ainda existe a tradição de sair melando as pessoas. Assim, há outros municípios que fazem essas brincadeiras.

São manifestações que sofreram grandes repressões – não vou me alongar muito sobre isso –, mas tais brincadeiras eram tratadas como barbáries e, por isso, reprimidas. Por quê? Esta era a forma com que os negros ocupavam o cenário que eles queriam que fossem, apenas, de entretenimento branco.

A introdução europeia dos carnavais modelados da França, entre outros países, era o grande enfrentamento que se vivia à época para a nossa permanência. Sem dúvida alguma, ali começou a resistência nossa. Ali surgiu a presença negra no Carnaval e nas grandes manifestações culturais, contrariando os interesses da elite, que era o de utilizar os conhecimentos e as expressões culturais afro e indígena para entretenimento das suas grandes festas. Aí, a negritude passava a ocupar o Carnaval e a fazer, de fato, a festa de rua.

(Lê) “Outra atração do entrudo eram os grupos de mascarados, formados por negros e escravos, que desfilavam cantando e dançando ao som de seus instrumentos musicais.”

E a gente conhece, ainda hoje, com muito saudosismo os nossos mascarados. Em alguns locais, como Nazaré das Farinhas, Maragogipe, Chapada Diamantina e Extremo Sul, ainda há diversos municípios que mantêm essa cultura. Em Cabralia, há o Carnaval dos mascarados com essa tradição negra. Não apenas enfeitávamos os salões e as avenidas, mas, também, passávamos as nossas mensagens. Eram através das máscaras, muitas vezes, que organizávamos as resistências, fazíamos os enfrentamentos e passávamos as nossas experiências.

(Lê) “Esses grupos utilizavam suas máscaras e fantasias para satirizar a elite, representando o contraponto popular aos festejos, marcadamente europeizados, dos bailes de máscaras e dos desfiles que caracterizaram os primeiros carnavais no Brasil.

A partir de 1880, a imprensa deflagrou uma intensa campanha contra o entrudo, classificando seus foliões como “primitivos”, “inconvenientes” e “selvagens”.

É a imprensa quem faz o principal enfrentamento na tentativa de nos tirar das ruas e das fotos. Vejam, à época, não tínhamos as câmeras para as imagens movimentadas, mas tínhamos as fotos. E as fotos, durante o Carnaval da Bahia e do Brasil, chegavam à Europa com a nossa cara negra; os nossos cabelos; as nossas máscaras; os nossos manifestantes de identidades culturais.

(Lê) “Nos últimos vinte anos do século XIX, o entrudo foi substituído pelo carnaval de acordo com o projeto das elites locais.

Na virada do século XIX para o século XX, a Bahia viveu um momento

denominado de “africanização” para caracterizar a forte presença de organizações e clubes negros que cultuavam a África nos carnavais da Bahia. Estes sobreviveram a várias perseguições até os anos 1930.

Em 1949 surge o Afoxé Filhos de Gandhi, o afoxé é, em geral, vinculado a um terreiro de candomblé compondo as festividades de rua organizadas pela população negra”.

Originária, exatamente, dos estivadores do Porto de Salvador, que eram negros, como eu e todos aqui presentes, e adeptos do candomblé, que saíram as ruas para dizer: nós existimos; estamos presentes e queremos o nosso espaço. E foram, sem dúvida alguma, alvo de repressões e perseguições. Não é à toa que os Filhos de Gandhi chegaram a ficar fora do carnaval da Bahia alguns anos, exatamente, por não suportar as perseguições e as dificuldades para irem as ruas.

(Lê) “Dessa forma, até a primeira metade do século XX, o carnaval baiano dividia-se entre a Europa e a África, ou seja por lado, o carnaval ”oficial”, organizado patrocinado pela aristocrática elite local, com seus suntuosos desfiles pelas avenidas centrais da cidade e bailes privados, realizados em clubes fechados”.

E do outro lado, sem dúvida, estava a nossa resistência nos bairros populares, periféricos e nas ruas marginais do centro de Salvador. Não fugimos da luta! Permanecemos nela e fizemos um enfrentamento.

(Lê) “E esse carnaval popular que, com surgimento do trio elétrico a partir de 1950, invade as zonas centrais da cidade e, assim, promove, naquele momento, uma desarrumação da tradicional hierarquia do espaço social da festada branquitude ou da elite”.

Aí a gente entra de vez! Sai das periferias, das ruas marginais e periféricas do centro, invade o carnaval deles e toma a cor e a cara do carnaval, marcando a nossa presença.

(Lê) “No final da década de 1960 e início da década de 1970, as escolas de samba em Salvador”.

Que até aí cumpriram um papel importante – é bom dizer isso, porque elas surgem em 1930 e até 1960 mantêm a resistência da nossa presença no carnaval de Salvador.

(Lê) “exerciam o poder de aglutinação dos negros da cidade. A partir dessas escolas de samba, surgem os blocos de índios em Salvador”.

Cacique do Garcia (1966 e 1967), surge a partir de integrantes da escola Juventude do Garcia (1968), Apaches do Tororó (1968), que surge a partir de ex-diretores do Filhos do Tororó, outra escola de samba. E assim se deram outras agremiações – o tempo não permite citar todas –, que surgem a partir daí.

(Lê): “A década de 70 é o momento mais marcante do processo denominado de 'reafricanização' de Salvador, a partir do seu Carnaval, pois é aí que emerge um

orgulho de ser negro e negra nos jovens baianos, passando a viver um conjunto de mudanças culturais, principalmente em Salvador e no Recôncavo Baiano, marcadas por uma revalorização de suas raízes e da nossa origem negra.”

É bom destacar que é também aí que o interior passa a exercer um papel significativo, porque é na década de 70 que as micaretas se afirmam como grandes manifestações do nosso Estado. Micaretas como a de Feira de Santana, Vitória da Conquista, entre outras que eu poderia estar citando. E aí a nossa presença negra também passa a ocupar esses espaços, com as manifestações a partir de blocos de origem africana, afoxés, blocos de samba, blocos indígenas e outras manifestações, como cheganças, marujadas, que também se fazem presentes nessas festividades.

Os blocos afros, na Bahia, possuem um forte posicionamento político, pela afirmação da identidade negra e contra o racismo. Até o surgimento de blocos como o Ilê Ayê, Olodum, Ara Ketu, Muzenza, Malê de Balê, é que a gente começa a reescrever a nossa própria história, é quando o negro passa a ter orgulho de ser negro, é quando nós deixamos de ter vergonha de invadir os espaços com a nossa própria indumentária e a nossa identidade. É aí, sem dúvida alguma, que a gente pode dizer que saímos da ação e passamos para um processo de reflexão, questionamento e discussão. A cada preparação de um Carnaval, uma temática era escolhida por cada um dos blocos carnavalescos. E ao eleger a temática, que incluía as vestes, as danças, os instrumentos típicos, a música, também exigíamos de todos nós reconhecer e conhecer a nossa própria história, buscar as nossas origens e permitir trazer para o grande palco do Carnaval a nossa identidade escondida por eles, trazer para o debate, para a discussão e para a afirmação a nossa presença. E o mais importante, ainda provocar a elite branca para que tivesse que nos reconhecer, batendo palmas e até, em muitos momentos, nos aceitando.

Para além do Carnaval, a ação dos blocos afros transcorre o ano inteiro, protestando contra a discriminação racial, divulgando seus ideais políticos e promovendo ações educativas e de formação profissional para as comunidades negras baianas, outra ação importante que não podemos deixar de destacar.

Quantos e quantas baianas e baianos não foram forjados, por que não dizer formados? – nas escolas das entidades carnavalescas e nos grupos de manifestações populares e culturais do nosso Estado e da nossa cidade de Salvador?

Aqui temos, na Mesa, dois grandes referenciais desse segmento: Tonho Matéria e Tânia Toco. São dois exemplos. E é bom que a gente possa passar esses exemplos para esta juventude que aqui está.

(Lê) “Logicamente, a gente sai da década de 1970 e entra para a década de 1980. Enfrentamos as mesmas resistências e as mesmas lutas. Na década de 1980, a elite vai buscar um outro mecanismo: é a formação e a profissionalização dos blocos de carnaval de Salvador.”

E, aí, passa a surgir a organização de empresas, Vadinho. As empresas

começam a surgir a partir daí ao transformar os blocos carnavalescos, entre as décadas 1980-90, em instituições financeiras.

E, mais uma vez, somos discriminados, porque, dentre as centenas de blocos afros e indígenas baianos e soteropolitanos, sobreviveram, nesse processo, muito poucos. Por quê? Porque a competição econômica passou a ser desigual. Deixamos de sair com as fantasias típicas montadas com materiais próprios e de acessibilidade nossa para ter os macacões; depois, vieram os abadás; posteriormente, outras estruturas. As grandes atrações, que não contestamos, encareceram, sem dúvida alguma, a presença e, conseqüentemente, selecionaram ou elitizaram.

Aí, há um papel importante também, pois exportamos esta cultura pelo Brasil. Hoje, há os carnavais fora de época em outros Estados do Brasil como fruto desse processo. E, nesses carnavais fora de época, como mecanismos econômicos, estamos, também, presentes, porque fomos capazes de resistir.

A partir do ano 2000, sem dúvida alguma, houve uma nova investida do poder econômico e, também, com o apoio e a sustentação da grande mídia. Tal empreendimento foi feito, exatamente, Alrenir, para transformar o nosso carnaval em um espaço de desfile para poucos e a nossa presença ser expurgada.

Lembro-me da discussão de colocar de volta a negritude e os blocos indígenas que sobreviveram, repito, sobreviveram, porque, apenas, dois são resistentes até hoje. Dos poucos blocos de samba que ainda sobreviveram no início da década de 2000, está, aí, o da Alvorada como grande referência. E ainda queriam nos empurrar para a periferia da cidade, porque o espaço seria apenas espaço deles.

Pelo enfrentamento, permanecemos no centro da cidade. E eles fizeram uma manobra perversa, qual seja, tiraram o Carnaval do Centro Histórico ao Campo Grande e colocaram para a Barra. E nos deixaram, lá, isolados no processo.

E, para não me alongar muito, vem, agora, a importância deste projeto, deste programa. Se não fosse o Carnaval Ouro Negro, muitas entidades – que ora sustentam e representam a nossa identidade cultural no Carnaval de Salvador e da Bahia – não sobreviveriam hoje e não estariam presentes em nossas manifestações.

Exatamente por isso, quero encerrar esta fala ao dizer da satisfação de poder estar comemorando, no dia de hoje, conquistas importantes como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia. Ressalto, também, o reconhecimento do governo do Estado da Bahia por transformar o Carnaval Ouro Negro de um programa de governo, para um programa e um projeto de Estado.

Hoje, sem dúvida alguma, a Bahia dá um exemplo para o Brasil e para o mundo, Jorginho, de como é possível fazer políticas públicas para a afirmação da nossa identidade, para a sustentação da nossa cultura. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Retorno a presidência ao nosso companheiro e camarada deputado Bira Corôa.

(O deputado Bira Corôa assume a presidência da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Convido o deputado Álvaro Gomes para fazer uma breve saudação.

Agradeço, Álvaro, mais uma vez o compromisso e contribuição que você tem dado a esta comissão e a esta luta.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero saudar o deputado Bira Corôa, incansável lutador, e lamentar que ele não tenha sido um dos mais votados – ficou na suplência, mas com certeza assumirá o mandato. (Palmas) Estou em uma situação um pouco pior do que a de Bira, já que estou na segunda suplência. O importante é que a luta continua.

Pois bem, não poderia deixar de fazer esta saudação neste momento tão importante, nos últimos dias do nosso mandato, que termina em 31 de janeiro. Temos que usar a tribuna, é o nosso cotidiano, e no final do mandato não seria diferente.

Quero saudar o secretário de Cultura, Albino Rubim, representante do governador neste momento; o chefe de gabinete da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Ataíde Lima de Oliveira; o superintendente de Direitos Humanos Aílton Ferreira; a Sr^a Procuradora do Estado Cleia dos Santos, nossa companheira conhecida há muito tempo, lutadora das causas populares; a pró-reitora das Ações Afirmativas, Marluce Macedo, representando o reitor da Uneb, professor José Bites de Carvalho; a Sr^a Diretora do Centro de Culturas Identitárias, Arani Santana; a atriz Tânia Toco; a Sr^a Presidente do Afoxé Kambalanguanze, Iracema Neves; a Sr^a Presidente do Conselho Municipal das Comunidades Negras e Indígenas de Feira de Santana, Lourdes Santana.

Também saúdo o mestre de capoeira, cantor e compositor Tonho Matéria, nosso grande compositor, uma das grandes estrelas do Pré-Datado, bloco carnavalesco do Sindicato dos Bancários da Bahia. Interessante, no momento em que o nosso bloco devia levantar, ou seja, quando Lula ganhou a eleição, o bloco acabou; era uma oportunidade para o bloco crescer, mas acabou. Tonho Matéria tem de estar lá puxando o Pré-Datado para encantar o nosso povo. Saúdo, ainda, o Sr. Diretor do Afoxé Filhos do Congo, Nadinho do Congo.

Quero pedir licença para fazer um comercial, Bira. Amanhã teremos uma sessão especial para entrega de Título, in memoriam, de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social ao nosso saudoso sociólogo Gey Espinheira (Palmas), e quem puder comparecer, agradecemos a presença, amanhã, às 10 horas. E de amanhã a oito, também vamos fazer uma homenagem post mortem ao nosso Jorge Amado, também a entrega do título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social. Então de sexta-feira a oito, dia 04 de dezembro, vamos fazer também mais essa

sessão especial. E no dia 11 a sessão especial do Dia Estadual da Cultura e da Paz com Justiça Social.

Então, eu queria fazer uma saudação a todos aqui e dizer que vivemos momentos de grandes avanços no nosso País, inclusive na luta antirracista, nós avançamos muito, fruto da luta dos setores que têm se preocupado com essa questão e fruto da nova situação que vivemos, conseguimos avançar muito.

Em que pesem os avanços que obtivemos, ainda temos problemas sérios de racismo, de discriminação, o negro ganha muito menos do que o branco. Nós observamos nas periferias um massacre à população, principalmente a população negra, pobre, excluída, e precisamos avançar, não podemos continuar nessa situação.

Muitas conquistas obtidas, mas não podemos parar por aqui, porque o sonho de todos nós é construir uma sociedade alegre; uma sociedade como vimos aqui, essa apresentação brilhante dos artistas populares, do nosso povo, porque precisamos de alegria, precisamos de música, precisamos de diversidade, precisamos viver numa sociedade em que todos possam, efetivamente, viver com dignidade, negros, brancos, todas as raças, todas as cores, todas as tendências. Então precisamos viver nessa sociedade com uma diversidade espetacular, mas numa sociedade harmônica em que todos possam viver felizes e não num processo de segregação, de discriminação, de preconceito, de racismo, de intolerância. Então precisamos avançar e tenho certeza que vamos avançar.

Bira Corôa é um dos deputados que se tem destacado nessa luta aqui, e a gente também buscando dar nossa contribuição. Temos apresentado algumas iniciativas aqui na Assembleia Legislativa. Apresentamos iniciativa de projeto de lei de delegacia itinerante antirracista; projeto de lei do feriado nacional dia 20 de novembro da Consciência Negra; projeto de lei das cotas no serviço público; ações afirmativas e várias outras iniciativas que temos feito aqui para que possamos avançar.

A Assembleia aprovou o Estatuto da Igualdade que é um grande avanço, mas existem outras proposições de deputados, eu mesmo tenho várias iniciativas nessa questão da luta antirracista, outros deputados também devem ter projetos parecidos, nós precisamos fazer com que a Assembleia Legislativa possa, efetivamente, aprovar essas proposições e dar a sua contribuição.

Portanto, nobre deputado Bira Corôa, parabéns por essa iniciativa, não é a primeira, V.Ex^a está de parabéns porque na comissão tem se destacado nessa luta, reuniões permanentes e é importante darmos continuidade a essa luta.

Eu, particularmente, não estarei aqui na próxima legislatura, mas uma coisa é certa, podem ter certeza, onde quer que eu esteja, continuarei a luta pela construção de uma sociedade antirracista, sem preconceito, sem discriminação, pela construção de uma sociedade com paz e justiça social. A luta continua!

Muito obrigado.

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós que agradecemos, deputado Álvaro Gomes.

Antes de passar a palavra, quero saudar as presenças do Ilê Axé Omiligé; Associação Cultural e Carnavalesca Amigos do Babá, Rede Étnica Empreendedora, e aí estava presente Edson Costa, fazendo um trabalho importante, que é parte do Estatuto da Igualdade Racial; Bloco Afoxé Ilê Oiá, Bloco Xamego Afro Reggae, Circo Palhaço Sem Lona, Bloco Amigos do Cajá, Fórum de Entidades Negras, Bloco Afro Os Negões, Bloco Vamos Nessa, cantores e compositores dos blocos afro e afoxés presentes, Ivanilson Góes, presidente do PP de Aporá, Bloco Samba Terramar, Bloco Oriobá, Conu, Núcleo de Justiça Paripe, Bloco Afoxé Os Negões, Centro de Integração Comunitária Social, Associação Beneficente, Cultural e Recreativa, Rede de Mulheres Negras da Bahia, Bloco Axé Dadá, Bloco Aspiral do Reggae, alunos e alunas e professores do Centro Estadual de Educação Profissional Pinto de Carvalho, (palmas), a Associação Alto do Cardoso, Rose, do município de Saúde, muito obrigado pela presença, professora Sílvia Rita, professora de dança do Grupo Cultural da Terceira Idade – extremamente importante esse trabalho. Vou passar a palavra e em seguida vou citando as demais presenças.

Vou fazer uma combinação aqui com a Mesa, sei que extrapolei o tempo demais, peço desculpas, mas vou abrir um espaço de 3 minutos, claro que concedendo o que for necessário para a conclusão, para uma breve saudação.

Quero passar a palavra a Iracema Neves, representante aqui das Entidades de Manifestações Culturais e Carnavalescas. Iracema, desculpe-me você vai proferir a palestra, e o seu tempo não é limitado a uma saudação.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra a Sr^a Iracema Neves.

A Sr^a IRACEMA NEVES:- Boa-tarde a todos e a todas, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado Bira Corôa e dizer que me sinto honrada em fazer parte desta Mesa com tão ilustres pessoas. Para mim, está sendo uma experiência gratificante falar a um público tão heterogêneo, como a comunidade carnavalesca de Salvador.

Falar do Carnaval Ouro Negro é, talvez, uma oportunidade muito importante, debater esses assuntos é muito propício para o momento. Quando, em 2004 e 2005, a comunidade carnavalesca, notadamente os blocos afros e afoxés, se encontravam à deriva, sem iniciativa, sem eira nem beira, totalmente perdidos, surgiu, como uma válvula propulsora de atitude, uma organização chamada CEN - Coletivo de Entidades Negras, de cuja fundação fiz parte. O CEN viabilizou a interlocução dessas entidades com os governos municipal e estadual, cumpriu a sua parte, cumpriu sua proposta, no primeiro momento, de alavancar essas entidades para que se fizesse um

carnaval digno. Mas, em seguida, se perdeu um pouco no caminho e surgiu a implantação, em 2007, através do secretário da Cultura Márcio Meirelles, do Programa Ouro Negro.

Foi a redenção dos blocos. Essas associações estavam perdidas, sem eira, sem beira, sem nenhum rumo, sem patrocínio, sem condições de fazer carnaval, sem condições de se apresentarem com alguma dignidade. Surgiu o Programa Ouro Negro como uma mão divina e se recolocou muita coisa no seu lugar. Claro que quando uma política se instala acontecem distorções, há muitos meandros incertos, mas foi a válvula propulsora para segurar as entidades carnavalescas no Estado da Bahia.

Tive a oportunidade de viver dois momentos. Hoje presido o Afoxé Kambalanguanze. Vivi a política anterior ao programa Ouro Negro e vivo o pós Ouro Negro e posso afirmar que isso foi um divisor de águas. O Programa Ouro Negro chegou como uma novidade na cidade, foi uma polvorosa, uma correria, todo mundo corria para um lado e para o outro e não sabia exatamente o que fazer, mas a situação foi-se acomodando e, em 2008, tivemos um carnaval mais ou menos equilibrado e com muitas diretrizes para os anos seguintes.

O Programa Ouro Negro, a princípio, proporcionou cursos no Sebrae para se mostrar em que estávamos errando, mostrava caminhos dentro do mercado cultural, de Salvador, mostravam-se erros de gestão, mostrava-se muita coisa. E muitas coisas foram modificadas a partir daí. Quem abraçou essa vertente da política seguiu um bom caminho e conseguiu estabilizar-se, sim. Lógico que havia algumas distorções, alguns desequilíbrios, não contemplava exatamente as necessidades que alguns blocos tinham, mas era o que tinha no momento para se fazer o carnaval.

A partir daí, a política foi-se estabelecendo e cada ano foi progredindo e avançando. Estamos hoje numa situação de uma política de governo hoje, mas já incluída dentro do Estatuto da Igualdade Racial, é uma política de Estado. É lógico que precisa de regulamentação, mas está sendo encaminhado isso com muita seriedade, muita profundidade. E o Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento que temos para usar, é um instrumento poderosíssimo, modelo para outros Estados. Temos condições de alcançar várias políticas que nele estão contidas.

É necessário que tenhamos a decência de reconhecer – e falo isso exatamente por ser gerente de uma instituição cultural de Salvador – que a política do carnaval Ouro Negro foi e é hoje a redenção do carnaval cultural de Salvador. Falo isso com muita propriedade por conta de que quando surgiu o Kambalanguanze fazia parte das associações que, na época, eram associações de segmentos culturais, mas não tinham fôlego suficiente para suprir as necessidades dos seus filiados. Quando o Ouro Negro se instalou, pelo menos, tentou equilibrar essas necessidades.

Lógico que a Bahia é um Estado pobre, é um Estado com imensas dificuldades, imensos desníveis, e o Ouro Negro não poderia surgir nivelando os blocos por cima. Insatisfação existe, mas é o que temos e é o que podemos depurar hoje através do Estatuto da Igualdade Racial.

Senhoras e senhores, a construção da inclusão do Programa Ouro Negro no Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa foi uma vitória construída a várias mãos.

Quero deixar meu agradecimento, enquanto gestora, para o Dr. Elias Sampaio, Nadinho do Congo e o incansável deputado Bira Corôa. Esta Casa não terá a nossa cara se ele não permanecer aqui. Mas vamos torcer para que isso vire a nosso favor e continuemos a ter voz e vez dentro da Assembleia Legislativa.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Convido Lourdes Santana, presidente do Conselho Municipal das Comunidades Negras e Indígenas, para fazer uma saudação.

A Sr^a LOURDES SANTANA:- A bênção aos mais velhos, a bênção aos mais novos.

Quero agradecer ao deputado Bira Corôa por estar presente nesta sessão. Meu nome é Lourdes Santana. Sou de Feira de Santana. Faço parte do movimento de Feira de Santana. E, aqui, estou representando todas as entidades negras de lá, quais sejam, do povo de santo, dos blocos afros e afoxés, do samba e – por que não dizer? –, do Portal do Sertão que é um grupo muito grande dentro de Feira de Santana.

Obrigada, Arani, por tudo o que você fez por Feira de Santana, pois tem muito a fazer ainda por Feira com a sua parceria.

Como quebro protocolos, Bira, sou uma pessoa que quebra totalmente o protocolo dentro de Feira de Santana. Quem me conhece sabe disso. Saúdo todos os presentes na pessoa de Tonho Matéria, porque é um irmão, é um parceiro. (Palmas) E, em nome dele, saúdo todos.

Vou quebrar, de novo, o protocolo, Bira, para agradecer, mais uma vez, a presença de Alex e de Isaac. Eles estão aqui juntos comigo, são professores, trabalham com jovens e adolescentes em uma comunidade tradicional em Feira de Santana. (Palmas)

Depois de ouvir seu pronunciamento, Bira, depois de ouvir tudo o que você falou – e você tem muito o que falar e a fazer em prol do negro do nosso Estado –, o que tenho a falar é agradecer a todos.

Feira de Santana está de braços abertos e precisa muito trabalhar a questão racial.

Estava, ali, conversando com Nadinho e disse a ele que a gente precisa marcar com Arani e com Bira, ainda este final de ano, a fim de fazer uma convocação em Feira de Santana para a gente sentar e rever alguns pontos.

Arani conhece a nossa intenção. A professora Marluce, também, é de Feira de

Santana. Estávamos, ali, conversando, pois sabemos o que o negro sofre e como o negro chega até aqui. No caso específico dela, veio da roça e, hoje, está numa Pró-Reitoria de Ação Afirmativa. Isso é muito importante para nós, negros e negras deste País e, principalmente, para a Bahia, que é um Estado de maioria negra.

Temos muito ainda a fazer. Vamos ver muita guerra. Mas quando falo guerra, é aquela guerra do racismo.

Agradeço a todos por me ouvir.

Desejo muito axé e muita luz a todos.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Somos nós quem agradece.

Convido Nadinho do Afoxé Filhos do Congo para fazer a sua breve saudação.

O Sr. NADINHO DO CONGO:- (Saúda em iorubá.) Ainda bem que nossa representante Arani respondeu. (Risos) Gente, é brincadeira e é sério.

Eu já me sinto contemplado com a fala de Bira. Claro, temos uma pequena tristeza, mas não estamos mortos. Teremos outras eleições pela frente. Mas o maior representante, aqui e em nosso nome, desde que a gente pôde ter responsabilidade dentro desta Casa, chama-se Bira Corôa, e nós poderíamos tê-lo levado a seu direito ao pódio de novo. Mas tenho certeza de que ele não vai ficar fora.

Essa semana tivemos a inauguração do Centro Poliesportivo de Cajazeiras, e conversava com o governador. Nós fomos convidados a recepcioná-lo no ginásio que recebemos agora como o maior bairro da América Latina. Falei com S.Ex^a - que sabe do que lhe falei – que foi importante a caminhada dele, desde o início de Márcio Meirelles à chegada do nosso querido Antonio Rubim. Lá eu dizia que pegaria agora no pé de Rui - e isso disse também a Rui –, e ele disse: “Não, é um direito nosso. Nós vamos continuar com esse trabalho.” E eu falava em nome de Bira.

Então, nós negros ainda não aprendemos a ter a responsabilidade de elegermos os nossos. É preciso que façamos uma pirâmide em cima de nós para repensarmos as próximas eleições. Porque nós precisamos, sim, de elementos dessa formação e dessa briga para que pudéssemos ter o que estamos tendo, como o Estatuto da Igualdade Racial.

Tive a oportunidade de convocá-lo e elegê-lo como representante nosso na Escola Técnica Federal da Bahia com vários companheiros do Conselho, enfim, e ele topou. É por isso que estamos aqui.

Como o tempo é curto, agradeço por este momento e não vou cantar axerê para os outros porque há os mais velhos aqui para cantar. Está ali o nosso querido presidente da Associação, e as pessoas de afoxé. Mas quero, na minha conclusão,

dizer que o afoxé foi a primeira africanização na Bahia, a partir do início do século XX. E que é para estarmos aqui, neste momento, discutindo a nossa necessidade. E ela ressurge no segundo momento com a vinda do Ilê Aiyê, a segunda reafricanização. Por isso, não devemos desistir nunca e nunca, porque nós somos uma resistência que tentaram apagar, como o nosso deputado falou aqui, com a verdadeira elite, que dizia porque não queria a nossa cultura presente. Os primeiros afoxés sofreram consequências para estarem nas ruas, assim como os Filhos do Congo, o Congo D'África e os Filhos da África, que foram os primeiros afoxés a brigar nessa condição de dizer que a cultura precisa estar viva.

Então, presidente e deputado Bira Corôa, temos certeza de que o governador do Estado vai pensar muito bem, porque ele precisa de você. Precisa também de todos nós aqui para dar garantia ao nosso Estatuto e a todo segmento da cultura africana que foi feito durante este tempo em que Bira esteve aqui, assim como outros representantes.

E aí quero dizer que a gente não precisa ficar só nessa. A gente precisava e precisa de muito mais. Só quero também falar que sou presidente da Federação Nacional dos Afoxés, porque afoxé tem no Brasil todo, e a presidente do Afoxé Filhos do Congo é a senhora Lindinalva Santana, que se encontra presente, porque às vezes trocam. Eu sou produtor do afoxé.

Muito obrigado, companheiros! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Registro as presenças de Panda Viola de Marujo, do Conselho da Igualdade Racial, de Lauro de Freitas; Bloco da Liberdade, Albany Cantora, Bloco Comanches, Ilê Axé Babá Okê, Núcleo Odungê, de Feira de Santana; Bloco Soweto, Afoxé Dança Bahia, da fotógrafa Ivone Bonfim, do Ilê Axé Ogunjá, Afoxé Filhos do Congo, Afro Ginga do Negro, Afoxé Filhos de Omolu; Diretora de Cultura de Lauro de Freitas, Regina Kelly; ao PPL, Partido Popular da Liberdade de Expressão Brasileira aqui o Secretário Edmilson, presente mais uma vez e obrigado; bloco Afro Alerta Mente Negra; Bloco da Capoeira; Associação Moradores da Ilha de São João; a cantora Graça Onasselê, mais uma vez uma satisfação muito grande, Graça, que sempre contribuiu com nossas atividades nesta Casa; Bloco as Tartarugas de Areembepe; Associação de Cassange. Eu vou passar a palavra depois para outro bloco.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Eu quero passar a palavra para uma breve saudação ao cantor, compositor, grande percursos e divulgador da capoeira, Tonho Matéria. (Palmas.)

O Sr. TONHO MATÉRIA:- Boa-tarde a todos e todas, na figura dessa grande liderança política negra, que também já foi capoeirista e sai lá do Recôncavo, treina capoeira com seu avô, sei da sua história toda viu, Bira Coroa? Para mim é uma

satisfação muito grande estar aqui com sua figura, uma pessoa maravilhosa.

Cumprimentar todos esses baluartes sentados aqui a Mesa e dizer que antes que o apito chegue aí, porque não pode mais apitar mais para mim porque sou patrimônio imaterial da humanidade. (Palmas.) Então, antes que esse apito chegue, porque antigamente eram os imperadores que tinham o poder da guarda nacional, que eram formados pelos capoeiristas e que depois, já no avanço da República, aí tinham os coronéis, os maiores, do Vidigal, que eram os maiores radicais que perseguiam os capoeiristas.

Mas, a capoeira conseguiu, dentro desse percalço todo, sobreviver e se espalhar. Eu criei uma frase que digo que capoeira é vida. Isso foi logo no meu início de capoeira. Eu acredito que naquele momento, não sabia nem o que estava falando. Quando digo, o movimento puro de ostensivo, palpita sobre nossos corações. A capoeira, que a gente olha mal, não sabe que a vida tua é uma união, movida sobre uma necessidade concreta, sempre distingue a razão. Mas, se a tua força da luz em um corpo velho ou moço é lindo, eu digo, então, vamos capoeirar, porque a capoeira é vida. E isso é cantado nas rodas de capoeira.

Quando eu comecei na capoeira, foi nos idos de 74, 75 para 76, vou fazer agora 40 anos de prática de capoeira. E sou um aluno, acredito, que apurado na capoeira, porque foi através da capoeira que conheci a música, conheci a composição, conheci o toque de candomblé. Eu sou Ogande de terreiro de candomblé. Eu venho da nação Bantu. Hoje estou tentando aprender na nação Queto, lá com o nosso querido Cordeiro.

Mas, a capoeira me deu tudo isso que sou, a música, a transformação como cidadão, principalmente como cidadão dentro de Salvador, dentro do Brasil. No ano passado, ganhei um prêmio que, para mim, foi uma das coisas mais prazerosas para um homem negro do bairro de Pau Miúdo, de uma comunidade carente, capoeirista, sair e ser reconhecido na Áustria como embaixador da paz, através da capoeira, dado pela ONU. E, agora em agosto, aqui no Gabinete de Arte, Música e Cultura fui chamado como um dos membros vitalícios da cadeira 65. Então, ocupo essa cadeira por entenderem que faço parte dessa história, dessa construção da música, da capoeira e tudo isso que vem me dando base.

Mas eu tive os meus mestres, mestre Grimaldo, mestre de percussão, ainda no Amigos de Alá. Tive Jorginho Comancheiro que me deu a oportunidade de ser um dos cantores do Comanches. Muito me conheceram no Olodum, Stelita está aqui e sabe que saí do Oya Ilê, passei por muitas entidades para ser Olodum e Araketu. Agora retorno ao Araketu, depois de 30 anos, eu estou dizendo a todos que sou o velho, novo, cantor do Araketu. Mas aceitei porque não quero deixar aquela marca perder a identidade, não vou ficar muito tempo. Quero apenas deixar a marca e construir novos cantores, porque precisamos passar para os novos. Estou fazendo isso com a capoeira, fazendo com que os meus alunos invadam as universidades e já são 24 na Mangangá, e nas universidades. Esse prêmio que a capoeira ganha como

reconhecimento já faz parte da nossa história, já sabemos disso. É só uma chancela da Unesco, dando essa oportunidade de dialogarmos e buscar mais incentivo, mais políticas públicas, mais ações práticas para a capoeira.

E o bloco da capoeira surge também nesse intuito, dizendo que está aqui, que não quer ser só alas e bloco, quer também espaço para desfilar como capoeiristas. E é isso estamos dialogando. Trazendo esse recorte para o Ouro Negro, contemplado com as falas que tiveram aqui, mas quero acrescentar que teremos mais poderes para dizer ao governo o que queremos, mais avanços durante o ano inteiro nas nossas comunidades. O Carnaval é como diz a música do Gilson Nascimento é o nosso complemento. Queremos o mais bonito, toda paz, axé e luz, porque é tudo o que desejamos ao nosso povo nessa esfera. Gilson diz que a união só vencerá se unirmos mente, coração e gestos num protesto coletivo.

E esse protesto coletivo fomentou esse poder de hoje o Ouro Negro ser também uma política de Estado. Através dessa política de Estado queremos mais políticas durante o ano inteiro nas comunidades, ajeitando essas entidades, com potencialidade para fazer mais enfrentamento no Carnaval, porque não é fácil ser negro, ser carnavalesco, ser capoeirista, ser músico, parece ser uma perseguição. Sempre há um desafio para fazer enfrentamento. Mas acredito que vamos aos poucos conseguindo, aliás já estamos conseguindo.

Agradeço esse carinho, esse convite, eu vim como ouvinte, não sabia que falaria, mas aproveitando essa fala, quero fechar dando a bênção aos mais velhos. Na figura dos mais velhos, quero mandar o meu axé a Vadinho, ao meu querido Ailton, Ataíde, meu parceiro do bairro do Pau Miúdo, e a minha querida Arany Santana.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Bira Corôa): - Aproveito e passo a palavra a atriz Tânia Toco. Quero só comunicar que o apito não é dado pelo presidente, mas é uma programação da Casa, quando se diz breve saudação já registra 3 minutos.

A Sr^a TÂNIA TOCO:- Boa-tarde, bênção aos mais velhos, faz parte da minha religião reverenciar quem já tem mais estrada aqui. Tenho muitas referências aqui da minha vida profissional, Arani, Aílton chegou um pouco depois, mas já faz parte dessa minha estrada, Bira, pelo grande incentivo, obrigada por me convidar a estar aqui, ele sempre me incentiva na Consciência Negra.

Acredito que há uns dois anos, não estava aqui, estava fazendo um trabalho na TV Globo, Malhação, Bira fez uma linda homenagem com Lindemberg Pinto a minha pessoa, e uma amiga minha Nainara Tavares veio aqui receber essa homenagem. Muito obrigada, Bira, mais uma vez, pela oportunidade, e dizer que acho muito louvável mesmo a iniciativa do Carnaval Ouro Negro por conta da visibilidade. Acho que temos que ter sempre, visto que estamos num país que ainda

discrimina muito os negros.

O preconceito ainda é muito grande, acho que não deveríamos ter essas políticas de cota, não deveríamos ter essas políticas de inclusão social, não deveríamos ter essas políticas do Carnaval Ouro Negro. Tudo isso é muito legítimo, é herança, é do nosso povo, não entendo porque temos que fazer políticas para uma coisa que é legítima. Mas dentro de um contexto que é excludista, temos que fazer por isso.

Como atriz, mulher negra, oriunda de comunidade de Alagados onde vivi até os 18 anos de idade, vendo todo o tipo de vicissitudes do povo negro, que é o que mais sofre dentro das comunidades, morto pela polícia etc e tal. Ainda acho que o nosso caminho continua árduo dentro de um país que é preconceituoso. Sinto isso na pele quando estou fazendo televisão, somos massacrados por sermos negros, nordestinos e acho que essa iniciativa do Carnaval de dar visibilidade a uma coisa que é legítima, essa iniciativa do Bira, da Assembleia Legislativa, dos políticos, eu me sinto representada. Por incrível que pareça, sinto-me muito mais acolhida por alguns políticos enquanto artista que temos nessa cidade do que no meio artístico em si.

Acho que os políticos da nossa cidade estão fazendo um trabalho muito bonito e muito representativo. O deputado Bira, Valmir Assunção, Suíca e outros estão trabalhando em prol de um bem comum que é dar visibilidade e voz a quem não tem, é louvável.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Não iria falar, vim como convidada só para assistir, mas me sinto honrada em estar nesse momento fazendo essa saudação. Obrigada aos mais velhos e a todos os orixás que estão presentes aqui nesse momento. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nesse momento passo a palavra à Pró-Reitora da Uneb Marluce Macedo.

A Sr^a MARLUCE MACEDO:- Boa-tarde a todos, quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Bira Corôa e agradecer o convite em nome da Uneb, em nome do Reitor José Bites de Carvalho, em meu nome, em nome da Pró-Reitoria das Ações Afirmativas recentemente instaladas nessa universidade.

Quero dizer que fico muito feliz em vir aqui nesta sessão especial e ver a diversidade dos lugares que nós, negros, negras, e mulheres negras estamos colocadas, vindos de lugares diferentes, de comunidades urbanas e de comunidades rurais como eu. E de alguma forma chegando a lugares que foram e são proibidos para nós homens e mulheres negras.

Quero dizer que a Universidade do Estado da Bahia – ainda mais nesta gestão

– tem feito um grande esforço para trazer a discussão e ações afirmativas para as populações negras, embora a nossa universidade, como modelo de universidade que existe no Brasil, ainda é extremamente excludente e racista.

Esta é uma demanda que nós, negros militantes, que entramos na universidade, temos tomado como grande desafio: transformar a universidade, que é um espaço elitista, em um espaço que produz pensamento, concepção de mundo e de gente. Um espaço onde muitos discursos que nos excluem e nos excluíram foram formatados.

E nós, enquanto negras e negros na universidade, queremos fazer o desafio de mudar a universidade, e dizer que a universidade, a produção do saber também é feita pelos negros, e sempre foram feitos pelos negros, só não houve reconhecimento.

Queremos, agora, ter nossa voz autorizada. Sinto-me muito satisfeita quando vejo o trabalho do deputado Bira Corôa, que é nosso interlocutor há bastante tempo. A promessa que temos com essa pró-Reitoria, da qual estou à frente agora, é de um trabalho muito mais sistematizado nesse campo e de parcerias maiores.

Lá no Cepaia, Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos – que também está sob minha coordenação hoje –, realizamos um trabalho sobre racismo no Carnaval cujo resultado é um vídeo – alguns de vocês presentes aqui foram entrevistados. Talvez, até o final do ano, o lancemos lá no Cepaia, e todos serão convidados para participar do debate.

Quero parabenizá-lo por esta iniciativa e agradecer a todas e a todos. Espero que nos encontremos sempre em momentos como este.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito para registrar a presença do bloco Dandara, do bloco As Cuviteiras, do bloco Alabê, dos Filhos de Gandhy, do bloco Mutantes, do bloco Mangue, do Bloco Carnavalesco Unitraves, do bloco Alvorada, do Centro de Cultura Populares Identitárias, dos Filhos de Nanã Oribá, da Sr^a Maria Oliveira, assessora especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres; do Sr. Eurico, presidente do Conselho das Comunidades Negras. Quero dizer, Eurico, da satisfação de contar com a sua presença, contribuindo com esses eventos. Quero agradecer à Caminhada Hasbani, do bloco Amuleto.

Faço o registro da presença do pessoal de Camaçari, que faz parte da cultura e dá sustentação ao nosso bloco e ao nosso mandato em Camaçari.

A agradeço à pró-reitora Marluce, que tem outro compromisso, mas a sua presença foi muito importante.

Faço uma breve saudação e agradeço à Dr^a Cleia dos Santos pela contribuição que tem dado a essa nossa luta (palmas) e pela nossa representação na Procuradoria do Estado.

A Sr^a CLÉIA SANTOS:- Boa-tarde a todos.

Levo os meus agradecimentos e saudações à Mesa, na pessoa do deputado Bira Corôa, e peço licença para fazer uma saudação diretamente aos nossos estudantes que estão nesta Assembleia, porque daqui a 80 anos, quando perguntarem por que precisamos incluir hoje, em 2014, o reconhecimento de um programa como o Ouro Negro, serão eles que contarão a história.

Quero dizer que esta é uma oportunidade em que, na verdade, estamos fazendo e contando história, possibilitando uma aula de cidadania plena. Esses estudantes levam essa mensagem que reproduziram para os outros colegas.

Há dois momentos que são muito importantes para mim em todo este processo de construção do Ouro Negro, que era um projeto e tornou-se atualmente um programa. Primeiro, foi a sensibilidade de mulheres e homens públicos que perceberam que não dava mais para tratar as manifestações culturais durante o Carnaval como um lugar de favor. Etambém que o gestor público entregava a quem queria um pedacinho de recurso, mas deixava as entidades até a beira do Carnaval pedindo favor e trocando votos.

Então, este projeto permitiu naquele momento que se desse um basta nisso e se estabelecessem critérios democráticos erepublicanos para, através de um edital, selecionar essas entidades e repassar-lhes os recursos necessários para que cada uma fizesse a festa e garantisse a sua própria manifestação durante o Carnaval.

Outro paradigma daquele momento é que deixamos de ter a figura do tal convênio. E passamos a reconhecer que o Estado contrata um bem imaterial, algo que já estava na Constituição e ganhou um formato efetivamente quando se pensou e montou o projeto Ouro Negro. Dizíamos então que as entidades guardam uma manifestação cultural, guardam a história de matriz africana, guardam as manifestações do seu povo. E o Estado tem que, na verdade, fazer a aquisição, pagar um contrato. As relações se modificaram e chegaram a ser respeitadas, pois nelas a entidade diz também o que ela é capaz de fazer durante aquela manifestação. Mas esse projeto, esse programa que hoje é reconhecido já nasceu com a pretensão de ser um programa desde o início, porque nas bases de criação já era dito que ele não era apenas para o carnaval, mas para garantir a autosustentabilidade das entidades durante todo o ano e que ao final o coroamento dessa autosustentabilidade seria no momento do carnaval.

Ainda não chegamos a isso, mas, como Iracema trouxe bem claramente foram necessárias algumas correções de percurso, afastar alguns oportunistas, penalizar quem deveria ser penalizado, para que ao final tivéssemos um fortalecimento, para dizer para a sociedade baiana que não queríamos apenas um projeto, mas precisamos de um programa. Esse programa nasce com a força de um recurso que está previsto no sistema de promoção da igualdade, com um fundo financeiro capaz de gerar uma outra forma de perceber ações conjugadas, para que efetivamente possamos ter a honra de dizer ao Brasil e ao mundo que somos sim este celeiro cultural, este celeiro

que a partir da cultura também traz paz, harmonia e quebra esses laços da intolerância religiosa, das discriminações. É uma grande luta e que está nas mãos desses mais novos que estão aqui.

Para finalizar, gostaria de registrar que nada seria possível se o Estado não tivesse começado a aprender a respeitar algo que é próprio da nossa matriz africana, trabalhar em rede e em conjunto. Esse sistema poderia não ter chance de êxito se não tivesse em conjunto, a Secretaria de Cultura no primeiro momento e logo depois a SEPROME, a Secretaria das Mulheres e tantos órgãos que se envolveram, o Ministério Público Estadual, a Procuradoria-Geral do Estado da qual faço parte. Ou seja, foi necessário uma rede de aproximação dos órgãos públicos para que pudessem conversar com a sociedade civil, os blocos, afoxés, se relacionar, compreendendo a demanda de cada um para resolver. E isso foi feito, posso assegurar, que fez muito bem.

Então quando esse projeto foi retomado pela dedicação do deputado Bira Corôa, porque já havia sido apresentado antes, arquivado e retomado, ele já trazia um manancial, a compreensão de todos, poder público e sociedade civil. Esse seria o caminho de dar um segundo salto, como diz a ministra, racial do Brasil. Essa, na verdade, é simbolicamente uma segunda abolição da escravatura, com um código que hoje todos podem ler. Porque na primeira vez, na hora em que a lei foi editada, poucos puderam ler. E esses poucos não eram, em sua maioria, negros e negras. Mas agora todos podem ler.

Agora simbolicamente os estudantes estão com um código em mãos, precisam aprender a lê-lo. É de uma literatura muito clara, bonita, alguém chegou a dizer que é poético o estatuto. Achei muito bonito, porque é poesia efetiva. Como a poesia efetiva a música e a capoeira? É uma lei que é uma poesia que veio para fazer sentido. Somos todos responsáveis por ele, temos que ter cuidado com ele.

Enfim, gostaria de agradecer a confiança que tanta gente dessa mesa me dedica, minha responsabilidade só aumenta e o meu dever de servir aumenta. Esse cargo que ocupo hoje, por concurso, não é nada mais que um esforço de uma grande família. Minha família, pai, mãe e parentes, mas também a minha grande família da comunidade em que vivi e que sempre me disse que eu podia ocupar esse espaço. Todos podemos, porque é nosso. Nascemos com esse direito de ocupar onde queremos.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Bira Corôa):- Aproveito para passar a palavra ao Sr. Ailton Ferreira, representando a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

O Sr. AILTON FERREIRA:- Boa-noite, são quase 18h, daqui a 3 minutos o

apito vai tocar. (Risos.)

Quero cumprimentar a mesa desta sessão especial, em nome do deputado Bira Corôa, e dizer que é importante fazer esse registro. Esta é uma sessão convocada solenemente, sempre no mês de novembro, por esta Casa, pela Comissão de Promoção da Igualdade Racial, que tem na presidência o deputado Bira Corôa, para tratar do Novembro Negro e de temas relevantes à comunidade negra. E o deputado Bira Corôa escolheu esse ano, junto com a sua equipe, o Carnaval Ouro Negro. Deputado, essa escolha foi muito importante porque traz o debate, agregado ao Estatuto que conquistamos, a questão do Carnaval. Porque é muito simbólica, Vadinho, para nós todos.

Imaginem que uma sociedade como a nossa que não se desgarrou ainda da cultura racista, uma sociedade como a nossa que ainda hierarquiza seres humanos e que trata alguns como de primeira e outros como de segunda e terceira, ela não seria diferente no Carnaval. Uma sociedade racista por 365 dias no ano, não fica menos racista nos cinco ou sete dias de Carnaval. Pelo contrário. Nesses dias o Carnaval, de forma alegorizada, engalanada, enfeitada e musicada, retrata o racismo do ano todo. É o momento de exclusão em que o próprio Estado, Poder Público, e a Prefeitura de Salvador determinam a utilização dos espaços pelo capital privado.

Falando do nosso tio Tonho Matéria, o bloco cria a música, que nasce no gueto, que nasce no bairro, que nasce ao lado do carro, que é feita nos botecos, nos becos da periferia. No Carnaval essa música, professora Arani, sempre ganhou novo contorno. Ela é apropriada pela indústria cultural – certo, Rogério? -, que toma conta, e aí a nossa música passa a ser cantada por outras pessoas, quase sempre brancas. São essas outras pessoas que são as rainhas e os reis. Na verdade, é até irônico: a pérola negra do Carnaval da Bahia não é a negra do Filhos do Congo. É Daniela Mercury. Isso é uma criação carnavalizante do que é o racismo o ano todo.

É difícil a gente ver – percebi isto muito de perto quando estava na gestão da Secretaria Municipal da Reparação – que quem dá o tom da cidade, quem dá a cara, quem dá o ritmo, quem dá o jeito, quem dá o cheiro que a Bahia tem às cinco horas da tarde na Avenida Sete... Só a Bahia tem cheiro de acarajé fritando no azeite de dendê. Quem dá esse cheiro, quem dá o toque, quem faz o Carnaval atrativo, quem produz um produto chamado Bahia – que atrai o povo que vem de fora não para ver shopping center em Salvador, mas sim para ver o diferente – é o nosso povo. Esse povo é que produz isso. Quinze dias antes do Carnaval, está atrás de água mineral, da barra de cereal, do biscoito e da luva para distribuir entre os cordeiros que seguram as cordas dos seus afoxés e blocos. Não seria possível, secretário Albino Rubim, que essa situação permanecesse.

Com a força do povo, com a pressão dos movimentos negros e a elasticidade democrática conquistada no espaço de democracia dos governos atuais – refiro-me especificamente aos oito anos do governo de Jaques Wagner, e, graças a Deus, teremos mais quatro anos do mesmo projeto político –, foi possível incorporar essa

luta, esse desejo na pauta política governamental.

Está aqui a Procuradoria Geral do Estado exatamente para fazer esse arranjo, porque na hora em que vocês brigam pela barra de cereal, pela água mineral, a estrutura do Estado, que nunca foi feita para nós, nem para os afoxés e blocos afros, fica perguntando: “Por que isso?”

Quando fui secretário da Prefeitura de Salvador, Dr^a Cléia, tive de fazer um enorme dossiê para pagar R\$ 5.000,00 a Lazzo Matumbi, porque a estrutura da PMS não o conhecia e queria que eu provasse que ele era um cantor de notoriedade pública.

O que se está fazendo é um novo arranjo, e o Estatuto traz isso. O mandato de Bira Corôa e as pessoas que estão na Mesa foram fundamentais para construir isso. E, mais do que tudo, a luta do nosso povo brincando, brigando, brilhando e sorrindo nas ruas teve a energia e a força para construir esta nova realidade. E ela não será mais da generosidade do governo, mas sim da obrigação do Estado da Bahia de incorporar em suas políticas, na economia, na hora da destinação orçamentária, os blocos afro e os afoxés, que são responsáveis por este Carnaval que existe, por esta Bahia mágica que as pessoas querem ver.

Nós não podemos continuar fazendo esta Bahia, mágica e bonita, pedir ou mendigar, às vésperas do Carnaval, o dinheiro para comprar caixa de água mineral a fim dar aos cordeiros, porque os blocos, na verdade, nem cobram, uma vez que a maioria faz trabalho social e os associados são pessoas que saem da comunidade para brincar na cidade.

Então, eu penso que tal medida foi muito feliz mais uma vez.

Por isso, o deputado Bira Corôa, com fé em Yuluru, continuará nesta Casa (palmas), porque legítima e próxima são a interlocução verdadeira. Bem, não que outros deputados não tenham este papel. Porém, a interlocução mais próxima, a interlocução mais irmanada, a mais organicamente junta do movimento social negro na cidade de Salvador e do Estado da Bahia é feita pelo deputado Bira Corôa.

E que bom!

Quero cumprimentar o deputado, o secretário Albino Rubim, os artistas e as pessoas presentes que me antecederam.

Nós estamos construindo a nossa história ao finalizar o Novembro Negro com um componente fundamental, porque o Carnaval é tão importante que há vezes em que a pessoa não percebe a brincadeira do racismo brasileiro. Tem gente que diz assim: “Para que água para cordeiro se ele está brincando?” Tem gente que acha que puxar corda com a camiseta inscrita 25, lado esquerdo, e 22, lado direito, é brincadeira.

E isso tem tudo a ver, Rogério, com o racismo brasileiro. Nos playgrounds de nossos prédios de classe média, há, sempre, duas crianças brincando, quais sejam,

uma brinca de empurrar o carrinho; a outra brinca de ficar dentro do carrinho. As duas estão brincando. O racismo brasileiro é sofisticado e profissional.

No Carnaval, tem gente que diz assim: “Tá todo mundo brincando.” Mas tem gente brincando de segurar corda. Tem gente brincando de vender churrasquinho. Tem gente brincando de tomar conta de camarote. Isso é só na porta, porque, da porta para dentro, não se pode entrar. Temos de acabar com esta brincadeira de faz de conta, onde uns brincam de verdade e outros trabalham para que outros brinquem de verdade.

E, para concluir, quero fazer um convite para vocês. Estamos terminando o mês de novembro. Temos de cuidar, também, de emprego, porque o nosso povo está morrendo, deputado Bira Corôa, pois muita gente não tem emprego.

Ontem, eu fiz uma proposta e o pessoal gostou. E eu quero reproduzir, agora, o tempo todo. Quando a gente for a shopping center para comprar em qualquer loja de perfume ou roupa ou paletó ou camisa ou sapato ou CD, olhe com educação, pergunte o preço e mostre interesse em comprar.

E quando chegar o vendedor da loja para atender, diga de forma bem brincalhona e tranquila: “Ô, meu senhor, minha senhora, eu quero comprar. Mas há algum vendedor negro nesta loja para me atender?” Se disser que não tem, agradeça e diga que vai procurar uma loja onde haja um vendedor negro para atender. (Muitas palmas) Vamos fazer isso até que os empresários botem negros para trabalhar nas lojas de Salvador da Bahia. (Palmas.)

Axé e muito obrigado. (Muitas palmas calorosas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, eu passo a palavra ao Dr. Ataíde Lima, representando a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do nosso governo do Estado.

O Sr. ATAÍDE LIMA:- Boa-noite.

Aproveitando já ter sido antecedido pelo Dr. Aílton, peço permissão, deputado Bira, para inverter a ordem de saudação a fim de saudar, particularmente, todos os presentes de associações, blocos, escolas.

Eu acredito que a caminhada estabelecida e o caminho já percorrido tratam de uma maturidade, aqui, espelhada ora pelo ancestral Aílton Ferreira, ora pelo primo Tonho Matéria, aliás, primo de bairro, primo de rua, primo de correr, primo de jogar bola na rua. Quanto a este paletó, eu o tomei emprestado para vir trabalhar. Mas eu, realmente, sou do Pau Miúdo, lugar onde nasci, me criei e, por lá, aprendi a fazer algumas coisas.

Este aprendizado significa dizer que há um espaço maior para nós continuarmos percorrendo. Por isso, tomei a ousadia de falar com o deputado Bira ao

pedir a ele que, considerando também meus os cumprimentos anteriores, e considere, também, todos os outros cumprimentos que faço com ele sempre que encontro pela rua. E são muitos os encontros.

Não falarei sobre o Carnaval Ouro Negro, uma vez que este tema já foi antecedido e, também, porque o deputado Albino Rubim fará isso com muito mais propriedade e com muito mais maestria.

Pretendo convidá-los para refletir um assunto incluso neste livreto. (O orador mostra o livro com as mãos.) Este assunto está, em parte, situado no livreto que temos em mãos, qual seja, a Lei nº 13.182. Não haverá prova hoje, mas é melhor começar a ler, porque a prova começa logo depois. E a prova começa logo depois.

E a prova começa logo depois para algumas que estão começando a caminhada e para aqueles que já iniciaram o processo. A prova já começou. Um pedaço da prova está no curso e aconteceu há uma semana e meia quando o governador aprovou três decretos que fortalecem o processo de regulamentação dessa lei.

Está na prova, porque para fazer a regulamentação adequada não pode ficar restrita ao Poder Executivo, não pode ficar restrita à secretaria. Quero lembrar uma coisa, que apesar de ter ouvido também dos demais sobre o apito, quero também considerar que estou sem óculos e sem óculos não ouço direito. Então, as coisas vão ficar apitando e eu vou continuar andando só para concluir a nossa história.

O que a gente tem pela frente sobre esse Estatuto que é tão magnífico e que precisa de nossa atenção para cuidar do processo dele e cuidar com o produto acabado. O que vai para o produto acabado é a forma da operacionalização.

Existe um debate importante e o deputado Bira Corôa e demais pessoas aqui presentes, pela militância e pela forma de trabalho reconhece o quanto é difícil construir um instrumento legal. Pois, estejam certos que fazer o passo subsequente, que é o passo da regulamentação, não torna o processo mais fácil, pelo contrário, muitas vezes o sistema alimentado pela forma tão simples com que enxerga as coisas e muitas vezes também alimentado com o modelo que pretende oferecer, ele não enxerga a necessidade do outro.

A necessidade que você tem passa a ser muito bem colocada e precisa ser compreendida e não há uma compreensão sem debate, sem uma troca e a troca exige sedimentação, conhecimento por isso estude.

A brincadeira de dizer estude o Estatuto, é dizer estude ele também nas entrelinhas, estude ele pelo seu processo histórico.

Todos nós estamos contentes com a possibilidade de um governo que aprovou, mas é importante lembrar que quem criou o Estatuto não foi o governo, foi a sociedade. Quem inspirou o Estatuto foi a necessidade da sociedade. Quem colocou as linhas centrais e a linha que permitiu estruturar o Estatuto foi a sociedade.

Portanto, o caminho é longo. Estamos ainda num processo de construção.

Não vou me aventurar nesse momento, porque não é esse o objeto, mas não posso deixar a oportunidade tão distante.

A caminhada eleitoral do qual esse programa, esse projeto saiu vencedor, ele não saiu com a pele limpa saiu muito arranhado, porque grande parte das conquistas têm incomodado e têm incomodado muita gente. Não será fácil continuar a caminhada.

Portanto, prepare-se. É desafiador, mas nenhum de nós devemos ter medo de desafios.

Há menos de um mês estava na companhia de dr. Ailton Ferreira e com outro colega Bilha Arquinino, no município de Esplanada, e conversávamos sobre um momento importante do Novembro Negro e ali também falávamos sobre um concurso colocado em andamento por uma escola municipal. Algo extraordinário, mas era surpreendente também perceber e aí voltando para a expressão do racismo e da forma de expressão a ausência institucional. Esse é outro elemento importantíssimo, quando você observa que há um conjunto, e olha que a educação é um elemento essencial. A escola percebeu isso, o diretor da escola, pelo modelo da escola, foi buscar as suas representações. No entanto, o município, de forma estrutural, estava ausente, institucionalmente também estava ausente. Quem apoiou? Quem apoiou foi uma pousada, os hóspedes da pousada estavam lá e compreenderam o significado daquilo, e ali debatemos um pouco mais.

É assim que acreditamos que a mudança acontece, a partir da porta da educação. Quero insistir nesse particular. Estudar, disciplinar, ter disciplina como elemento número 1. A sugestão número 2 é disciplina de novo, e a número 3 também é disciplina. Disciplina para tudo, para ter meta, para ter foco.

Do contrário, ficaremos apenas nos arredores, reclamando. Uma sociedade não deve fazer apenas reclamação. É preciso reclamar, mas, sobretudo, estar preparado para agir e para trabalhar na hora certa. Não adianta reclamar e ficar dentro de casa, é necessário reclamar e colocar a mão na atividade que tem para realizar.

Somos uma sociedade, sim, mas seremos melhores se, em lugar da reclamação, tivermos a disposição e a coragem para agir, se, em lugar de apontar o erro, começarmos a apontar caminhos. O caminho curto, uma ideia curta implica demonstrar onde o outro errou, o caminho soberano implica mostrar as alternativas, as soluções.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Tenho a responsabilidade de representar a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, da qual tenho um grande prazer em participar, mas sei, igualmente, a responsabilidade que carrego. Portanto, não tenho a pretensão de iludir a mim, nem a nenhuma das pessoas com que tenho a oportunidade e o privilégio de falar.

Agradeço muito por estar aqui e convido vocês a fazerem a caminhada quantas vezes for necessário, mas façamos por um caminho mais sólido, mais digno e mais

respeitoso.

Boa noite.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Convido o secretário Albino Rubim a fazer o seu pronunciamento.

O Sr. ALBINO RUBIM:- Boa-noite a todos, quero saudar a Mesa e aproveitar, imediatamente, para parabenizar o deputado Bira Corôa por esta iniciativa da maior importância, saudar a todos os presentes, os artistas, o pessoal da comunidade cultural, os estudantes.

Quando a Secretaria da Cultura foi convidada, fomos convidados para uma sessão comemorativa do dia 20 de novembro. Pensamos que a melhor homenagem para falar sobre o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, seria mostrar como a Secretaria da Cultura, dentro do governo Wagner, que é um governo totalmente comprometido com todas essas lutas e, como disseram aqui, é um governo sensível às lutas, respeita e atende aos movimentos, às demandas da sociedade.

O Estatuto é uma demanda da sociedade, como foi dito aqui há pouco, o Estatuto é uma demanda da sociedade baiana, da luta de todos aqueles que lutaram contra o racismo. Ele representa isso e também as políticas que a Secretaria da Cultura desenvolve no campo das culturas negras, representa as demandas e o respeito profundo pela comunidade cultural da Bahia e a importância que a cultura negra tem para a cultura baiana e brasileira.

Podemos dizer que não existe uma cultura brasileira, não existe uma cultura baiana, sem a presença fundamental da cultura afro-brasileira, não existe uma cultura baiana sem a presença fundamental dessas culturas. Então, a nossa secretaria tem um conjunto de políticas.

Nós achamos que a melhor homenagem que a gente podia prestar ao Dia da Consciência Negra é exatamente mostrar essas políticas.

Nós fizemos uma apresentação, acho que está muito longa, então vou pular uma série de slides, mas quero dizer o seguinte: ela fica aqui, posso deixar com o deputado, quem quiser depois, pode pegar na íntegra, ela tem uma série de dados, de informações, que acho que são importantes, é também uma espécie de prestação de contas. Então vou passar rapidamente.

O primeiro aspecto importante, na verdade estou falando em nome da Secretaria, da área de Santana, que é a nossa coordenadora do Centro de Culturas Populares Identitárias, logo que chegamos à Secretaria detectamos a seguinte coisa: a Secretaria de Cultura não tinha uma instituição específica para tratar das culturas populares, das culturas identitárias que são tão importantes na Bahia e das culturas

afro-baianas que estão aí.

Então, foi criado o Centro de Culturas Populares Identitárias e nós tivemos a felicidade de convidar Arani para estar à frente desse centro. E esse centro nesses anos, ele se consolidou e se tornou uma instituição fundamental dentro da Secretaria da Cultura e que dá muito o tom da secretaria, tem uma importância imensa. Além do centro, fizemos conferência setorial de cultura afro-brasileira, estamos implantando o colegiado de culturas afro-brasileiras, mas achamos que a institucionalidade da cultura é preciso fortalecer essa institucionalidade. É por isso que a discussão de hoje é tão importante, a discussão do programa Ouro Negro.

O Centro é ligado ao gabinete do secretário, tem sede no Largo do Pelourinho e tem a gerência também do Forte da Capoeira.

Aqui é um encontro que fazemos, achamos importante, o encontro das culturas negras que começamos a fazer desde 2012 e estamos fazendo todos esses anos.

Carnaval Ouro Negro. Foi instituído em 2008, tem até 2014, é um apoio às entidades – como já foi dito aqui, não vou repetir muito o que já foi dito – carnavalescas de matriz africana do Carnaval de Salvador e da Micareta de Feira de Santana. Nós apoiamos mais de 100 entidades anualmente no Carnaval de Salvador e mais de 20 entidades em Feira de Santana. Nesse período de 2008 a 2014, nós investimos no Carnaval Ouro Negro algo em torno de 35 milhões. Esses números são números aproximados, a gente não teve tempo de fazer um cálculo pormenorizado, mas é algo dessa ordem.

Além do Carnaval Ouro Negro, temos outras atividades no Carnaval que tem uma incidência grande sobre a questão da cultura negra. Nós temos um apoio importante que é o carnaval do Pelourinho. O carnaval do Pelourinho não é um carnaval feito pela prefeitura. A prefeitura comanda o carnaval de Salvador, mas não o carnaval do Pelourinho. O carnaval do Pelourinho é responsabilidade da Secretaria Estadual da Cultura, e nós investimos todo ano mais ou menos em torno de 3 milhões no carnaval do Pelourinho. Por que estou citando o carnaval do Pelourinho aqui? Porque, em grande medida, os blocos, as atrações, que são privilegiadas no carnaval do Pelourinho, têm a ver com a matriz africana. Há um privilégio claro. Então, investimos nesses anos 24 milhões no carnaval do Pelourinho.

É majoritariamente voltado para as culturas negras. De 2007, quando se inaugurou o Pelourinho Cultural, até 2013 – nós não temos os dados de 2014 tabulados – nós tivemos 950 atrações, mais ou menos. Isso significou investimento por ano de 2 milhões, e o de 2007 a 2014 foi de 14 milhões de reais. São igualmente investimentos nas culturas negras, porque também o Pelourinho Cultural, quem olha a programação dele vê lá, por exemplo, samba, reggae, axé, hip-hop. E gera o quê? Claro que não só a cultura negra, pois tem a própria presença negra e da música negra, da capoeira. Tudo isso é muito forte na programação do Pelourinho Cultural.

Outra área importante também em que a Secretaria investe muito é a de

informação. Nós nos orgulhamos de ter situada no Pelourinho uma Escola de Dança que hoje tem mais ou menos 1.500 alunos, desde o curso inicial até o profissionalizante. E no currículo dela tem dança afro, capoeira, e todos os seus alunos fazem os dois. O aluno que for fazer balé tem de passar por aí.

Então, além disso lá na Escola de Dança, criamos também o Centro de Formação em Artes. Nele temos o orgulho de ter, desde 2011, um curso de música feito pelo maestro Letieres Leite, que trabalha na perspectiva do universo percussivo baiano. Está formando algo em torno de 350 músicos a cada ano. Teve um curso de africanidade com o Prof. Jaime Sodré, que aqui já falei. Portanto, esse Centro de Formação em Artes é muito importante também porque se dedica muito à questão das culturas negras.

(Continuação da apresentação dos slides.)

O Sr. ALBINO RUBIM:- Vou passar rapidamente.

Temos uma outra área da Fundação Pedro Calmon que se chama “Conversando com a sua história.” Aqui destaquei apenas palestras feitas sobre culturas negras a cada ano com o público que assistiu. Vocês vão ver nestes vários slides uma série de atividades de informação na área das culturas negras. Aqui também temos palestras, seminários, tudo sobre culturas negras que são feitas lá na Fundação Pedro Calmon, particularmente, em parceria com a Sepromi e algumas outras coisas que ela está fazendo.

Continua. Tem um elenco, quem quiser pode olhar. Vemos aí outras atividades de informação também, tudo se referindo à questão das culturas negras.

Uma outra atividade importante da Secretaria é a de patrimônio. Nós temos o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, IPAC, que tomba e registra o patrimônio cultural baiano. Aqui nós temos um exemplo de obras que foram feitas, instituições que foram tombadas nessa área das culturas negras. Aqui são tombamentos e obras. Nos slides seguintes são os registros.

(Continuação da apresentação de slides.)

O Sr. ALBINO RUBIM:- Aqui foram registradas como patrimônio imaterial da Bahia a Festa da Boa Morte, Festa de Santa Bárbara, o Desfile de Afoxés, o ofício das baianas, a Festa do Bembé do Mercado. E na semana passada foram 10 terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix. E foram notificados já os terreiros, um processo que começou para também se registrar.

E igualmente temos homenageados sistematicamente nomes e entidades importantes da cultura negra da Bahia. Achamos que isso é um dever da Secretaria. Recentemente implantamos a Comenda do Mérito Cultural da Bahia. No ato de premiação deste 2014, que foi o primeiro ano, tivemos estas entidades e personalidades negras premiadas: o Ilê Aiyê, a Irmandade da Boa Morte, a Acbantu, Carlinhos Brown, Aldo Anunciação, Caymmi, Emanuel Araújo, Gilberto Gil, Mãe Stella, Mestre Didi, os Mestres fundadores da capoeira

Passinho e Bimba e Milton Santos.

Ainda como homenagens, temos feito sistematicamente várias aos escritores negros, porque é muito desconhecida a literatura negra. Quando se fala em literatura, muitas vezes só se fala em literatura de autores brancos.

E nós já temos, na Bahia e no Brasil, mas, principalmente na Bahia, uma série de autores negros da maior importância. Na Bienal do Livro de 2013, nós fizemos uma série de homenagens com participação, inclusive, dessas pessoas. Temos a biblioteca do IPAC que se chama Manoel Quirino, em homenagem a Manoel Quirino.

Nesta semana, nós lançamos uma publicação que se chama O Panorama de Autores Baianos, com traduções para o espanhol, o inglês e o alemão para ser divulgado no exterior. Nesse panorama, nós temos, de 12 autores contemplados, pelo menos 3 são autores de cultura e literatura negra.

A Biblioteca Virtual 2 de Julho foi fundada por Ubiratan Castro quando era presidente da Fundação Pedro Calmon. A biblioteca tem uma série de exposições virtuais sobre questões negras. Aqui, tenho alguns exemplos: Malês, Levante dos Malês, Revolta dos Búzios, Baianos na África, Edson Carneiro, Heróis Negros do Brasil. Nós fizemos uma exposição sobre o próprio Bira, em homenagem a ele.

Temos, também, publicações em grande quantidade relativas à cultura negra. Aquelas publicações são cadernos do IPAC. Outra é muito importante. Fizemos um debate com o título de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro que foi publicado. Há uma série de informações muito importantes; outras publicações também, todas nessa área de cultura negra.

Há outra coisa que aconteceu da maior importância. Temos um projeto chamado TCA Núcleo. A cada ano, o TCA escolhe, por seleção pública, um determinado grupo para que ele faça uma série de atividades durante um tempo dentro do Teatro Castro Alves. Este é nosso maior espaço de cultura da Bahia. Nunca, nenhum grupo de teatro negro tinha ganho esse TCA Núcleo.

Em 2013, tivemos o Grupo NATA – Núcleo Afro-brasileiro de Teatro de Alagoinhas. Não sei se vocês todos conhecem. Este é um grupo de Alagoinhas extremamente enraizado dentro das culturas negras e dirigido pela Fernanda Júlia, uma diretora de mão cheia; realmente, uma diretora extremamente criatura. Esse núcleo foi o vencedor com esse projeto e, portanto, trabalhou dentro do Teatro Castro Alves. Isso é uma coisa, absolutamente, nova e da maior importância, porque isso significa o reconhecimento de que a Bahia tem, também, um teatro negro da maior importância.

Estou querendo mostrar, aqui, que a cultura negra não pode ser imaginada só como uma cultura que está referida ao Carnaval. Ela é muito mais ampla. Nós temos de ter essa consciência. A cultura negra está enraizada em vários lugares da sociedade. Ela tem de ser reconhecida em todas essas dimensões que ela tem hoje.

Eu, também, coloquei, aqui, os investimentos que nós fazemos via Fundo de

Cultura. O Fundo de Cultura, agora, numa versão do governo Wagner, é muito mais democrático. Esse fundo está atingindo também e chegando às culturas negras.

Nós pegamos os projetos só pelo título do que tinha a ver com cultura negra. Nós apoiamos, entre 2007-2013, R\$ 5 milhões em projetos ligados à cultura. Se formos fazer um estudo mais pormenorizado, esse número será maior, porque nós pegamos só pelos títulos. O edital específico voltado para as culturas negras foi de 1 milhão.

Aqui estão alguns projetos que foram apoiados. Não vou ler para vocês, porque vai ser cansativo. Mas quem quiser ter acesso, poderá, posteriormente, ver quais são os projetos em artes visual, audiovisual, dança, literatura, música, teatro. Há uma quantidade de projetos nos territórios culturais, que são projetos que vêm dos territórios.

Isso é muito importante para dizer o seguinte. A cultura negra não está só em Salvador e no Recôncavo, ela penetra toda a Bahia, pois ela é importante em toda a Bahia. A cultura contempla as áreas de arquitetura, patrimônios e museus. Isso é no edital de museus e no edital de arquitetura e patrimônios que tem a ver com a cultura negra.

Essas são as instituições que nós apoiamos.

Tudo isso aqui é dentro do Fundo de Cultura.

No FazCultura, nós tivemos, de 2007 a 2013, um apoio de R\$ 2,4 milhões.

Nesse slide, aí, vocês verão que já é muito menos. Isso já mostra outra coisa. Vejam, a lei de incentivo é susceptível a um certo preconceito das empresas em patrocinar coisas da área da cultura negra. Porque isso passa por a empresa querer investir ou não.

Além do Fundo de Cultura e do FazCultura, nós apoiamos diretamente todas essas atividades via Centro de Culturas Populares Identitárias. Há uma quantidade de entidades que foram apoiadas.

Ficamos felizes porque desde a implantação do Centro de Culturas Populares Identitárias, desde a transformação do Forte do Santo Antônio Além do Carmo em Forte da Capoeira, nós temos tido uma atuação muito importante no campo da capoeira. O reconhecimento, o título que se deu esta semana de patrimônio imaterial mundial para a capoeira – lembrar que a capoeira é patrimônio brasileiro, patrimônio baiano – e a capoeira significa hoje uma presença forte da Bahia no mundo. A capoeira está em mais de 150 países. Existem mais de 100 mestres de capoeira da Bahia fora deste Estado trabalhando no exterior.

É preciso que a gente realmente valorize e tenha uma política para a capoeira, inclusive porque a capoeira é uma arte, uma dança, uma luta, mas também tem um importante papel na difusão da Língua Portuguesa. Como a capoeira é cantada em português, ela faz com que pessoas do mundo inteiro aprendam português e venham

para cá e cantem em português.

Isso é importante porque é uma maneira de fazer com que a nossa língua tenha uma expressão cada vez mais internacional. E a capoeira se internacionalizou, e sem apoio do poder público. Mas pela importância que ela tem, pela magnitude de sua expressão, que é corporal, esportiva, artística. Esse é um patrimônio fundamental do mundo, do Brasil e da Bahia. A capoeira está enraizada na Bahia.

Há projetos de capoeira apoiados pelo Forte da Capoeira hoje .

Outros apoios nossos que não são apoiados nem pelo Fundo de Cultura nem pela FazCultura: na área de literatura, de música, de teatro.

Na área de teatro, queria destacar uma outra coisa. Fizemos um kit para divulgação do teatro da Bahia. Nesse kit havia várias peças de teatro negro. Segunda coisa, fizemos duas mostras de teatro baiano no Festival de Curitiba, que é um dos festivais de teatro mais importantes do Brasil. Fizemos dois anos seguidos. Nesses dois anos, levamos peças de teatro negro para serem apresentadas lá que tiveram grande sucesso.

Além dessas modalidades de apoio... Vejam como a cultura negra está dentro da Secretaria hoje. Temos “Pontos e Pontinhos de Cultura; Pontos e Agentes de Leitura; Semanas de Culturas Populares; Cessão de vários imóveis no Centro Histórico de Salvador para entidades ligadas às culturas negras.”

Em relação aos “Pontos e Pontinhos de Cultura”, são 25 “pontos e pontinhos de cultura” ligados às culturas negras, o que significa um investimento de algo em torno de 1,5 milhão. E tem mais três milhões assegurados, porque esse é um projeto permanente.

Outra coisa importante é que esse projeto está disseminado pela Bahia. Esses 25 pontos de cultura estão nessas cidades, nesses municípios. Então não é cultura negra só em Salvador, é cultura negra na Bahia que está sendo apoiada.

Temos mais de 20 imóveis no Pelourinho cedidos a entidades ligadas às culturas negras, para apoiar exatamente essas entidades.

Outra coisa importante é a cooperação internacional que estamos fazendo. Sabemos que a cultura negra tem o papel fundamental na imagem da Bahia, no Brasil e no mundo. A Bahia é reconhecida no Brasil como lugar de cultura, é reconhecida no mundo como lugar de cultura e a presença da cultura negra é fundamental nisso, porque faz parte de nossa identidade.

Então, é preciso que essa cultura negra que existe aqui, ela tenha, na verdade, conexão com o mundo, e aqui são alguns exemplos de alguns apoios que nós demos. Nós gostaríamos de dar muito mais, mas é que apoio de intercâmbio internacional é muito caro, muitas vezes. Nós levamos Um Além 2013, Os Negões em 2014 para o festival de New Orleans, nós temos parceria, porque a Casa de Angola, que é importantíssima instituição cultural que existe na Bahia, é numa casa cedida pelo

IPAC, uma casa, portanto, da Secretaria. Então, esses são, também, alguns exemplos de cooperação internacional no campo das culturas negras.

Eu quero fazer, só para fechar, algumas observações. Nós achamos que esse conjunto de políticas que foi iniciado pelo governo Wagner, porque isso não foi uma atitude da Secretaria de Cultura dissociada do governo, muito pelo contrário. Todas as atitudes da Secretaria de Cultura estão afinadas com a política do governo Wagner, da mesma forma que todas aquelas atitudes, o estatuto que a Sepromi esteve à frente, da maior importância a aprovação do estatuto da igualdade e contra a intolerância religiosa, tudo isso está dentro de uma política do governo Wagner. Mas nós achamos que essa política precisa continuar e ser aprofundada. Nós precisamos consolidar essas políticas. Da mesma maneira que é preciso regulamentar e consolidar o estatuto, nós precisamos também regulamentar e consolidar uma série dessas políticas.

Nós ficamos muito felizes, enquanto Secretaria de Cultura, no momento em que dentro do estatuto estava previsto o Ouro Negro, porque como foi dito aqui por várias pessoas que me antecederam, isso significa que agora o Ouro Negro não é mais um projeto apenas, é um programa, e um programa de Estado que é lei e, portanto, tem que ser feito. Não pode mais deixar de ser feito. Então, ele dá uma estabilidade importantíssima para esse programa.

Agora, nós achamos que esse programa precisa dar alguns passos, e aqui vai ser uma luta importante também. Quais passos são esses? A Secretaria, hoje, investe algo em torno de 10 milhões no carnaval, mais de 5 milhões são para o Ouro Negro, os outros são 3 milhões e pouco para o carnaval do Pelourinho, alguns recursos para outros carnavais, apoiamos o carnaval de Maragogipe, o Palco do Rock e outros que são do carnaval pipoca, quando apoiamos os microtrios, por exemplo.

Então, nós precisamos fazer com que o carnaval Ouro Negro se torne não só o que foi dito aqui, uma política que não seja só do carnaval, mas que apoie as instituições também durante o ano, e particularmente aquelas instituições que fazem trabalhos comunitários, que fazem trabalhos culturais nas comunidades, porque isso é que é importante, porque há um enraizamento na comunidade e o carnaval é apenas a expressão disso. Isso é que é fundamental. O mais fundamental é que o Ouro Negro trabalhe aí.

Mas nós precisamos fazer também uma outra coisa. Precisamos fazer com que o Ouro Negro seja estadualizado. Porque o Ouro Negro, hoje, ele atinge Salvador e Feira de Santana, somente esses dois municípios da Bahia. Nós vamos dizer uma coisa, e Arani, Cristiane e Déa estão aqui, nós fizemos, durante esses anos, várias caravanas no interior da Bahia: 4 caravanas da Secretaria e 4 Funceb's itinerantes. A Fundação Cultural fez 4 caravanas também no interior, foram 08 caravanas. Nessas caravanas nós aprendemos que a cultura negra está em praticamente todos os cantos da Bahia, e com coisas riquíssimas. A gente vai numa cidade como Belmonte, que é uma cidade pequena, e vê lá a presença enorme da cultura negra; vai para uma cidade

como Nova Viçosa e vê lá coisas maravilhosas que nem imaginávamos que houvesse mais de cultura negra lá presente, pulsante; nós fomos a Caravelas e vimos lá, numa cidade que tem uma população de mais ou menos 10 mil habitantes, duas escolas de samba da maior qualidade, com baterias muito boas, com passistas, com porta-estandarte. E o carnaval de Caravelas gira em torno dessas duas escolas de samba, elas são as atrações mais importantes do Carnaval, e muita gente fica dizendo que na Bahia não tem mais escola de samba.

Então, seria importante que o Carnaval Ouro Negro se estendesse para toda a Bahia, a fim de apoiar essas manifestações que nós vimos, da maior importância. Mas quero deixar claro que a Secretaria da Cultura, no seu orçamento, hoje, não tem como estadualizar o programa. Se não lutarmos para que venham mais recursos, não vamos conseguir estadualizar esse programa.

Mas acho que um dos objetivos importantes desta sessão é, exatamente, a questão da estadualização desse programa e fazer com que ele seja o mais amplo espacialmente e temporalmente. A Secretaria da Cultura tem todo o interesse em fazer e apoiar isso, mas é uma luta, antes de tudo, de toda a comunidade afro-baiana. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Bom, estamos quase concluindo. Eu sei que os estudantes do Colégio Pinto de Carvalho estão com o horário estourado. Eles são do matutino e do vespertino e têm horário de chegar em casa.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos os estudantes e professores do Colégio Pinto de Carvalho.

E neste exato momento vamos quebrar um pouco a sequência das falas, pois o soldado no quartel quer trabalho. Convoca aí o compositor e cantor Tonho Matéria para nos agradecer.

(Apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Aproveito para registrar mais três presenças, do Afoxé Filhas de Gandhi, do Bloco Kaiala, do cantor Ed Binho. Também aproveito esse clima maravilhoso e quero convidar para virem à frente, Vadinho do Bloco Alvorada; Nadinho do Congo, Arani Santana, Iracema Neves; representando Paulinho dos Negões, o Diretor Acadêmico, Sr. Ronaldo Bonfim; França, do Foro de Entidades Negras da Bahia, Neide Santana, representando Feira de Santana; Dra. Cléa e Tonho Matéria, para que possamos fazer uma simples homenagem da Comissão e desta Casa como reconhecimento pela afirmação nossa negra no Carnaval e nas manifestações populares do nosso Estado.

Vou solicitar, para ser breve, ao secretário Aílton Ferreira e Ataíde Lima que nos acompanhem para fazermos essa entrega rápida, breve, para podermos participar

de uma outra ação que é um coquetel, aqui no salão dos presidentes ao lado.

(Entrega das placas.)

Quero pedir desculpas a todos que estão sendo homenageados, em função do horário, foi muito breve, mas essa simbologia da Comissão, em identificar algumas personalidades, a cada atividade nossa, é uma prova de reconhecimento e de estímulo. Todos os homenageados, aqui, não estão sós, pois representam uma história e uma tradição de luta do nosso povo.

Então, quanto aos que não foram homenageados, sintam-se, também, homenageados em nome dos que estão sendo homenageados aqui.

Obrigado a todos. (Palmas.)

Quebrarei mais um protocolo para que o afoxé nos contemple com mais um pouco de música, porque quero participar e dançar também, uma vez que sou, também, carnavalesco. (Risos.)

Em nome do poder Legislativo da Bahia, agradeço as presenças das autoridades civis, militares, eclesiásticas, das Sr^{as} e dos Srs Deputados, da imprensa, de todas as entidades religiosas, dos representantes de entidades carnavalescas e culturais do nosso Estado.

Declaro encerrada a presente sessão especial.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*